

Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2017

Autoria: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)**Iniciativa:****Ementa:**

Altera a Lei nº 13.463, de 2017, que dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais, para estabelecer que a instituição financeira informará previamente aos tribunais e juízes de execução o cancelamento do precatório ou RPV, a fim de que o titular do direito creditório possa se manifestar.

Explicação da Ementa:

Explicita que o cancelamento de precatórios e de RPV fica condicionado à autorização prévia do juízo da execução; determina, para isso, às instituições financeiras depositárias a prestação das devidas informações, mediante relatório a ser remetido ao Tesouro Nacional e, principalmente, aos Tribunais, que repassarão a cada juízo da execução os dados relevantes.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Finanças Públicas**Data de Leitura:** 30/10/2017**Tramitação encerrada****Decisão:** Arquivada ao final da Legislatura (art.**Último local:** 22/12/2022 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)**Destino:** Ao arquivo**Último estado:** 22/12/2022 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA**Despacho:****30/10/2017 (Despacho inicial)**

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CAE) Comissão de Assuntos Econômicos

Relatoria:**CAE - (Comissão de Assuntos Econômicos)****Relator(es):**

Senadora Lúcia Vânia (encerrado em 25/01/2019 - Encerramento de mandato)

Senador Rodrigo Pacheco (encerrado em 08/04/2021 - Alteração na composição da comissão)

TRAMITAÇÃO**22/12/2022** PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA**Ação:** A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno.**22/12/2022** CAE - Comissão de Assuntos Econômicos**Ação:** Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.**08/04/2021** CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

TRAMITAÇÃO

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo relator, Senador Rodrigo Pacheco, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.

01/04/2019 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Rodrigo Pacheco, para emitir relatório.

06/02/2019 SF-SACAE - Secretaria de Apoio à Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Relatoria encerrada por fim de mandato.

20/12/2018 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

09/11/2017 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, designa a senadora Lúcia Vânia relatora da matéria.

09/11/2017 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Matéria aguardando distribuição.

01/11/2017 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Ação: Status: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Prazo para apresentação de emendas (art. 122, II, "c", § 1º do RISF):

Primeiro dia: 01/11/2017

Último dia: 08/11/2017

31/10/2017 SF-SACAE - Secretaria de Apoio à Comissão de Assuntos Econômicos

Ação: Matéria aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas (art. 122, II – RISF).

30/10/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Encaminhado à publicação.

À Comissão de Assuntos Econômicos.

O projeto poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após publicado e distribuído em avulsos, perante a CAE, que

TRAMITAÇÃO

terá decisão terminativa.

Publicado no DSF Páginas 100-105

30/10/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Leitura da matéria na sessão do SF nº164, em 30/10/2017.

Publicado no DSF Páginas 100

DOCUMENTOS

PLS 417/2017

Data: 30/10/2017

Autor: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 13.463, de 2017, que dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais, para estabelecer que a instituição financeira informará previamente aos tribunais e juízes de execução o cancelamento do precatório ou RPV, a fim de que o titular do direito creditório possa se manifestar.

Avulso inicial da matéria

Data: 30/10/2017

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.
À Comissão de Assuntos Econômicos.
O projeto poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após publicado e distribuído em avulsos, perante a CAE, que terá decisão terminativa.